



JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: 1.23.000.000170/2021-77

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, sem mão de obra residente, com fornecimento de ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e peças de reposição imediata, nos sistemas de refrigeração instalados nas sedes do interior do Pará elencadas nas localizações dos grupos, conforme especificações contidas no termo de referência. Os serviços a serem prestados deverão obedecer às normas da Portaria nº 3523/GM do Ministério da Saúde, bem como o preenchimento do Programa de Manutenção, Operação e Controle - PMOC de acordo com as necessidades dos equipamentos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA - MEI, CNPJ: 26.912.304/0001-19 em face da decisão do pregoeiro proferida no Pregão Eletrônico SRP nº 02/2021.

1. BREVE RELATÓRIO

A Sessão Pública do pregão foi aberta no dia 04/10/2021 às 08h30min (horário de Brasília).

Após encerramento da fase de lances do pregão, verificou-se que a empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA apresentou a proposta de menor valor mensal para o grupo 2 - Redenção, contudo, após ser questionada no *chat* no sistema Comprasnet pelo não envio do balanço patrimonial, subitem 9.10.2 do edital, que é um dos requisitos para a habilitação, a empresa informou que não era obrigada a entregar o referido balanço por se tratar de ser MEI – microempreendedor individual, o pregoeiro informou que todas as empresas, inclusive MEI deveriam sim entregar o balanço, até mesmo porque uma empresa MEI é equiparada a uma EPP ou ME, conforme consta na lei complementar n. 123/2006 e como a referida empresa de fato não apresentou o balanço, foi recusada sua proposta e desclassificada.

A proposta da empresa PARAFRIOS REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, segunda colocada no certame, foi aceita por atender a todos os requisitos do Edital, sendo, ao final da análise dos documentos de habilitação, habilitada pelo pregoeiro. Em ato contínuo foi aberto o prazo para intenção de recurso com base no art. 44 do Decreto nº 10.024/2019.

O representante da empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA, apresentou intenção de recurso, o qual foi aceita pelo pregoeiro, em respeito ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa (Art. 5º, LV, CF/88) e a Lei n.º 10.520/02, art. 4º, inciso XVIII.



A empresa acima mencionada inseriu no sítio do Comprasnet, tempestivamente, o seu respectivo recurso administrativo.

Os demais licitantes tomaram ciência das razões do recurso no sítio do Comprasnet, conforme norma regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019.

2. DA ADMISSIBILIDADE

Entendemos que o recurso apresentado deve ser conhecido, haja vista que foi apresentado tempestivamente, ou seja, respeitando-se os prazos constantes no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002 e art. 44 do Decreto nº 10.024/2019.

3. RECURSO:

- Recorrente: **EMPRESA JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA**

- Recorrida: **Decisão do pregoeiro**

3.1. DAS RAZÕES DOS RECURSOS

A Recorrente JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA, em síntese, alega, conforme reproduzimos abaixo:

- a) *“Fica claro a não obrigatoriedade de exercício fiscal mensal para o MEI, obviamente também não ser obrigatório a contratação de profissional de contabilidade para aferição de balanço patrimonial e DRE”.*
- b) *“Reforçamos que se tratamos de MEI, no qual não se existe obrigatoriedade em tal exigência. Informamos também que conforme Termo de referência e relação de itens, por se tratar de prestação de serviços (não ser produto tangível) inexistente obrigação de demonstração financeira, porém reforçamos o envio de toda documentação conforme nosso porte empresarial, inclusive o fechamento anual no qual o porte MEI se é obrigado. Ressaltamos também que no presente edital não se apresenta quaisquer tipos de garantia mínima exigida, ou capital social mínimo, ou seja, não se há obrigação de demonstração contábil. Informamos também que se tratamos de uma empresa de porte MEI totalmente legalizada perante a lei que se exige, com responsável técnico registrado em conselho e também uma empresa com toda sua estrutura localizada na própria cidade onde se encontra a sede do órgão, garantindo assim agilidade e segurança em toda sua prestação de serviço perante ao contratante. Sr. Pregoeiro, solicitamos então análise jurisprudencial ao TCU ou órgão competente, afim de buscar o cumprimento de tal obrigatoriedade”.*



Pretende, assim, a Recorrente, que o recurso seja recebido e que o pregoeiro reveja sua decisão, retirando-se a habilitação e a aceitação da proposta da empresa PARAFRIOS REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP e declarando a proposta aceita e que seja habilitada a empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA. A íntegra do recurso disponível: <http://www.mpf.mp.br/pa/transparencia/licitacoes/pregoes/2021>.

3.2. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa PARAFRIOS REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, não apresentou contrarrazões ao recurso apresentado pela empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA.

3.3. DA ANÁLISE

Após o encerramento do pregão eletrônico no dia 05/10/2021 às 15:05h, sendo divulgados os prazos para recurso, contrarrazão e decisão, o pregoeiro e a equipe de apoio verificaram que de fato a empresa recorrente, JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA estava correta no posicionamento de alegar que o MEI – microempreendedor individual estaria liberado de apresentar o balanço patrimonial e a DRE, entretanto, vale ressaltar, que não foi pelas razões expostas em seu recurso impetrado, **mas sim, porque a Administração Pública está vinculada à lei e aos princípios que regem o processo licitatório (regras editalícias)**, sem delongas e de forma objetiva, vejamos o que diz o edital no subitem 9.13, reproduzo: **“O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício”.**

Conforme a CF/1988, no seu art. 37 e as regras do edital, os princípios norteadores do processo licitatório, como por exemplo, a vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, julgamento objetivo, legalidade, moralidade, bem como outros, os quais reconhecemos pelo princípio da Auto tutela que erros cometidos pela Administração Pública devem ser anulados atos ilegais ou revogados atos inoportunos, por conveniência e oportunidade, o próprio Supremo Tribunal Federal em diversas súmulas com as de n.ºs 346 e 473 reconhece de fato esse princípio administrativo.

Destarte ao que foi exposto, a Administração reconhece pelo erro cometido na desclassificação da empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA.

4. DECISÃO



Isto posto, reconhecemos pelo recurso interposto pela empresa, JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA, e decidimos pelo **deferimento** do recurso administrativo apresentado, ressaltando que pelo princípio da Auto tutela, a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos e está vinculada à lei e com isso reconhece o erro na decisão tomada em desclassificar a empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA, **pois claramente o edital no seu subitem 9.13 dispensa a apresentação do balanço patrimonial e a DRE de empresa MEI – microempreendedor individual.**

Dessa forma, será reformado o posicionamento inicial, será retirada a habilitação e aceitação da proposta da empresa PARAFRIOS REFRIGERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP no grupo 2 – Redenção e sendo aceita a proposta e habilitando-se a empresa JORDY GONÇALVES DE OLIVEIRA no referido grupo 2 - Redenção.

Informo também que será feita a volta da fase no sistema Comprasnet para que seja feito o procedimento acima decidido, no qual iremos marcar a reabertura do pregão eletrônico para o dia **15.10.2021, às 8h.** Solicito aos senhores licitantes que acompanhem os avisos/emails enviados pelo sistema do Comprasnet.

Belém, 14 de outubro de 2021.

Carlos Ricardo Moura dos Santos
Pregoeiro da PRPA